

ILUSTRAÇÃO – Lançada em Lisboa em **Janeiro de 1926**, testemunhou e fez-se eco da transição da I República para uma era de vitória das novas ideologias que se disseminavam por toda a Europa. Em 1931, por acção desse “Espírito novo” reformulou a sua imagem. Mas em **Dezembro de 1939**, por força de uma guerra de escala planetária, que lhe sonegou a matéria-prima – o papel *couché* – foi suspensa.

Tendo por esteio um tempo tão ambíguo e incerto, que a custo foi definindo um rumo e uma velocidade, a revista *Ilustração* vinculou o seu sucesso à capacidade de satisfazer uma ampla fasquia do universo de leitores e, conseqüentemente, assumindo um distanciamento mais ou menos equidistante em relação às matérias mais polémicas, nomeadamente a actualidade política. Estratégia que concretizou fazendo um uso intensivo da foto-notícia, deixando assim espaço ao leitor para fazer a análise que o satisfazia. De qualquer forma, a gestão dessa “neutralidade” não se mantém inalterável ao longo dos 14 anos de vida da *Ilustração*, pelo contrário, é marcada pela realidade que a envolve e pelas opções assumidas por aqueles que assumem a direcção da publicação.

À data do seu lançamento, o director era **João da Cunha de Eça**, que se manteve na função até Fevereiro de 1928. Tudo indica que o seu afastamento se ficou a dever a uma «Carta aberta» que dirigiu aos ministros da Instrução e das Finanças¹, a contestar o agravamento da tributação sobre a importação do papel destinado à impressão². Uma medida de natureza proteccionista e que, na sua opinião, a manter-se, «materia em Portugal a edição do livro de literatura, tornaria só para privilegiados a aquisição do livro de estudo e condenaria à desapareição as nossas publicações e as suas congéneres, todas prestando altos serviços de educação e instrução». E em tom desassombrado deixava o seu alerta: «Cria V. Ex.^a, senhor ministro, que Portugal é governado, na verdade, em matéria económica, por um grupo de algumas dezenas de indivíduos que, ao amparo de compadrios, se apoderam, a pouco e pouco, cautelosamente, de todos os organismos de consulta, de todas as comissões técnicas. (...) Formam, assim, um Estado dentro de outro Estado; (...) É essa rede invisível que inutiliza as boas intenções dos governantes honrados como V.^a Ex.^{as} (...). Quinze dias depois, isto é, no número seguinte, a direcção da revista já era de **João de Sousa Fonseca**³, que a manteve até Agosto de 1931. A mudança não teve, aparentemente, qualquer impacto no programa editorial que se estruturava, grosso modo, nas seguintes secções e temas: uma «Crónica da quinzena» assegurada, alternadamente, por **Norberto de Araújo** (1889-1952), **Brito Camacho** (1862-1934), **Agostinho de Campos** (1870-1944), e **Aquilino Ribeiro** (1885-1963); «Actualidades», «Vida social e artística» e «Figuras do Momento», que viviam, sobretudo, da foto-notícia; «Livros e Escritores»; «Vida científica», «A Casa Portuguesa», por **Raul Lino** (1879-1974); «Cinematografia»;

¹ Estava constituído o 3.º governo da Ditadura Militar (09/07/1926 – 18/04/1928), liderado por Óscar Carmona. Era então ministro das finanças João José Sinel de Cordes e o da instrução era José Alfredo Mendes Magalhães.

² Decreto n.º 14.844, de 04/01/1928.

³ João de Sousa Fonseca era colaborador desde o início, tendo substituído Feliciano dos Santos na direcção técnica a partir de Outubro de 1927 (Nº 44). Durante algum tempo, o nome de João da Cunha Eça continuará a fazer parte do cabeçalho, mas como «Fundador e Director-Delegado».

«Feminina»; «Humorismo»; «Passatempo»; «Desporto»; muitas páginas dedicadas à história, à etnografia, à literatura (crónicas, contos, romances, etc.), à arte, ao teatro, à música, etc.

Além dos já referidos, a *Ilustração* contou com uma plêiade de colaboradores já reconhecidos como, **Nogueira de Brito** (1883-1946), **Eugénio de Castro** (1869-1944), **Jaime Cortesão** (1884-1960), **Júlio Dantas** (1869-1962), **José Leite de Vasconcelos** (1858-1941), **José de Magalhães, Bourbon e Meneses** (1884-1948), **Alfredo Mesquita** (1871-1931); ao mesmo tempo que se abria aos “novos” literatos como, **Guedes de Amorim** (1901-1979), **Ferreira de Castro** (1898-1973), **Reinaldo Ferreira** (1897-1935), **Eduardo Frias** (1895-1975), **Novais Teixeira** (1898-1974), **Carlos Selvagem** (1890-1973); e novos artistas, como **Jorge Barradas** (1894-1971), **Carlos Botelho** (1899-1982), **Eduardo Malta** (1900-1931), **Almada Negreiros** (1893-1970), **Tagarro** (1902-1931), **Stuart** (1887-1961), **João Carlos**, entre muitos outros. Inicialmente, as colaboradoras são poucas e tratam, sobretudo, de moda, culinária, dicas relacionadas com a gestão do lar, etc. Mas elas estavam decididas a conquistar outras páginas, quer despoletando o debate sobre o papel da mulher na sociedade, quer afirmando-se, por mérito próprio, em terrenos inusitados. Dentro desses critérios, destaca-se a colaboração de **Helena de Aragão** (1880-1961), **Mercedes Blasco** (1867-1961), **Emília de Sousa Costa** (1877-1959), **Fernanda de Castro** (1900-1994), **Maria de Eça**, **Branca de Gonta Colaço** (1880-1945), **Eunice Paula**, **Maria Carolina Ramos** (1895-1963) e **Maria do Carmo Peixoto**.

A referida «carta aberta» foi, portanto, tida como uma inadvertência do director que, aliás, passara incólume pelo grifo da censura⁴. Mas não podia ser inconsequente. E se não foram tomadas outras medidas repressivas, isso ficou provavelmente a dever-se à importância da empresa editora da *Ilustração*, a Aillaud, Lda., parceira da Bertrand.

Na primeira edição de 1931, a *Ilustração* fez questão de anunciar uma «nova fase de orientação redactorial e gráfica», que parece acompanhar uma mudança na propriedade da empresa editora: à Aillaud associou-se a Empresa Nacional de Publicidade⁵, passando a administração para a Rua do Diário de Notícias. Em simultâneo, José Carlos da Silva assumiu o cargo de «Director-Delegado» e Francisco Amaro o de «Editor»⁶. Mas nada de relevante aconteceu no imediato, a “revolução” ocorreria sete meses mais tarde, em Agosto, quando a direcção da *Ilustração* foi assumida por **António Ferro** (1895-1956): apresentado como um «espírito novo e “europeu”, cujo talento se tem revelado largamente nos seus livros como nas suas reportagens internacionais, aos quais sabe transmitir a centelha do seu talento de prosador moderno.»

⁴ O primeiro número da *Ilustração* carimbado com o dístico «ESTE NÚMERO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA» foi o 29, de 01/03/1927. Curiosamente, o selo foi aplicado numa espécie de tira de papel, que se apresenta entre a capa e a primeira página. Refira-se ainda que essa restrição à liberdade de expressão não mereceu qualquer reparo por parte do director da *Ilustração*.

⁵ Em 1928, a Empresa do Diário de Notícias foi transformada na Empresa Nacional de Publicidade, propriedade da Companhia Industrial de Portugal e da Caixa Geral de Depósitos.

⁶ Cf. informação do cabeçalho, a partir do n.º 121, de 01/01/1931.

A revista assumia-se, definitivamente, como um espaço de encontro geracional: «Dum lado, os valores consagrados do mundo contemporâneo português, todo o balanço do nosso esforço intelectual e artístico. Do outro lado, a geração que vai chegar, com as suas nobres inquietações, com a sua ânsia de novidade, com os seus olhos novos e a sua alma nova.» Da tranche de colaboradores “novos” então apresentados aos leitores figuram **João Ameal**, **José Gomes Ferreira**, **Rocha Júnior**, **Bernardo Marques** (ilustrador), **João Martins** (fotógrafo), **Platão Mendes** (fotógrafo), **Horácio Novais** (fotógrafo), **Carlos Queiroz** e **Carlos Ramos**.

A primeira *Ilustração* que ostenta o nome de António Ferro em cabeçalho, como director, data de 15 de Agosto. A numeração é reiniciada, para marcar bem o novo ciclo da publicação. A mudança do papel – que passa a “couché”, branco e brilhante – é a mais óbvia, e os leitores talvez se tenham sentido compensados do aumento do preço da ordem dos 25%! A modernidade chega também, e sobretudo, pelo lado gráfico, com a introdução da cor em alguns cadernos, de novos tipos de letra, um maior uso do desenho, um cuidado na selecção fotográfica (que nitidamente privilegia caras felizes e jovens), etc. Definitivamente, a *Ilustração* fazia-se um espelho da nação renascida, que irradiava espírito positivo, arejado, enfim, novo... As «crónicas da quinzena» desaparecem, ou foram substituídas por um «Parque de atracções» que o próprio António Ferro apresentou: «Estas páginas são as duas salas da tertúlia da *Ilustração*... Há sempre uma hora no dia em que nos fatigamos de jogar ao sisudo, e em que nos apetece jogar ao bilhar... Não resistimos... Largamos tudo, largamos a tesoura que corta a casaca das fotografias, pegamos nos tacos e começam as carambolas...».

A «*Ilustração* feminina» também tinha novas propostas, e que partiam do pressuposto de que já havia mulheres portuguesas modernas que mereciam mais «do que a habitual Página feminina com receitas de bolos, menus económicos, modelos de almofadas e receitas para tirar nódoas.» Aparece também uma crónica desportiva, assegurada por **Salazar Correia**. De resto, a *Ilustração* continuou a interessar-se predominantemente por temáticas culturais.

Da passagem ciclónica de António Ferro pela *Ilustração* – quatro números⁷, apenas – ficou ainda um texto curioso sobre uma entrevista que fez a D. Manuel de Bragança⁸. A partida de Ferro é justificada com os condicionamentos que o cargo de director impunha à sua «fecunda actividade jornalística»⁹.

⁷ Na edição de 15 de Outubro, o seu nome já não consta na primeira página, e no número seguinte (6 ou 141) Arthur Brandão era o «director». Tudo indica que se verificou uma nova alteração da empresa proprietária da publicação, uma vez que agora o nome que figura é «Livreria Bertrand, Ltdª, Rua Garrett, 73 e 75 – Lisboa».

⁸ Cf. n.º 3 (138), de 15/09/1931, p. 20-21

⁹ Cf. n.º 5 (140), de 15/10/1931, p. 21

A partir de Novembro de 1931 até à data em que foi suspensa, em Dezembro de 1939, a *Ilustração* foi dirigida por **Arthur Brandão**¹⁰. De relevante há a constatar um retomar da “identidade” original da publicação, nomeadamente por via das crónicas quinzenais, retomadas pelos anteriores autores. Mas a partir de 1933, até 1935, **Samuel Maia**¹¹ substituiu-os. A prosa do novo cronista de serviço é, inicialmente, muito insinuante, próxima da provocação, porque persiste na tónica decadentista, de sentido contrário ao estimulante discurso oficial do “ressurgimento” da Nação: «(...) Quem entenderá o animal sorumbático, quieto, calado que habita na margem direita do Tejo? E, depois de entendê-lo, quem o salvará da modorra em que caiu e que tão mal lhe quadra?». E advoga desassombadamente: «Só um redemptor dos bons, dos que se não deixam crucificar pode valer-nos.» Tudo indica, que ainda não se deixara arrebatado pelo taciturno presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar. Mas o tempo acabará por adoçar o discurso de Samuel Maia, revelando-o não como um opositor ao regime, mas um “radical” de direita, que a censura parece tolerar.

A propósito da máquina repressiva, chama-se ainda atenção para o pequeno aviso que, a partir de Maio de 1934, passa a figurar no canto superior da primeira página do miolo: «Pelo carácter desta revista impõe-se o dever de registar todos os acontecimentos e publicar artigos das mais diversas opiniões que possam interessar assinantes e leitores a fim de se manter numa perfeita actualidade nos diferentes campos de acção. Assim é de prever que, em alguns casos, a matéria publicada não tenha a concordância do seu director.»

Entretanto, a cobertura dos actos oficiais foi crescendo ao mesmo ritmo que o regime se ia consolidando, embora mantivesse quase sempre um tom frio e neutro. Também o noticiário internacional avulso – sobretudo no formato de foto-noticiário -, bem como os textos de análise (poucos), foram assumindo um peso crescente e colorindo as páginas da *Ilustração* com esquadras, paradas e rostos de militares. Pelo discurso de alguns redactores e pelas imagens seleccionadas trespassa algum deslumbramento pelos regimes fascistas; mas outros – como é o caso de **Augusto d’Esaguy** – não se cansavam de rebater as doutrinas em que aqueles se alicerçavam. Com o virar das páginas, a guerra fez-se manchete de todas as edições e acabou por condicionar a continuidade da *Ilustração* que, na edição de 16 de Dezembro de 1939, despediu-se dos seus leitores e anunciantes, acenando-lhes com o lenço da esperança: «a *Ilustração* não morre. Limita-se a suspender temporariamente a sua publicação até que os horizontes europeus se desanuviem e se entre naquela quadra de calma que sempre sucede às grandes convulsões.» Tanto quanto foi possível apurar, a promessa ficou por cumprir, mas foi alimentada

¹⁰ À data, Artur Brandão (1876-?) era já um nome firmado no universo da imprensa, quer como jornalista, quer como editor. Foi fundador da revista *Crítica* (1896) e dos diários *A Folha* e *Tribuna* (1906). Na sequência da implantação da República, instalou-se no Brasil. Aí, foi gerente do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro (1911) e fundou, com Carlos Malheiro Dias, a Companhia Editora Americana, de cujos prelos saíram as revistas *Eu Sei Tudo* e *Revista da Semana*. Em 1918, já está de novo em Portugal, onde fundou a Sociedade Editora Portugal-Brasil. Desenvolveu também intensa actividade política (deputado pelo círculo de Guimarães; governador civil de Braga).

¹¹ Samuel Domingos Maia de Loureiro (1874-?) era formado em medicina e exerceu-a. Mas desenvolveu também intensa actividade como jornalista, principalmente n’*O Século*, e também no *Jornal de Notícias*, no *Diário Popular*, na *Ilustração*, entre outros. Destacou-se ainda como escritor, deixando uma vasta bibliografia, quer na área do romance, quer na sua área de especialidade.

durante muitos anos: entre 1940 ou 1941 até 1975, por alturas de Dezembro, a Bertrand fez publicar um número da *Ilustração*, com uma página apenas, além da capa – mantendo assim cativo o título por mais trinta e cinco anos¹². Mas nem sempre a perseverança triunfa...

Rita Correia, 16/06/2009

Bibliografia: *Grande enciclopédia portuguesa brasileira*. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1978; PIRES, Daniel, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX*, Lisboa, Grifo, 1996.

¹² Tanto quanto foi possível apurar, a questão do direito ao título dos periódicos encontra suporte jurídico nos seguintes diplomas: no que se refere à Imprensa, o Decreto n.º 11.839, de 05/07/1926 e, posteriormente, pela Lei n.º 5, de 28/11/71 complementada com o Decreto-lei n.º 150, de 5 de Maio de 1972, e pela Portaria n.º 303, de 26/05/1972 (Regulamento do Registo dos Serviços de Imprensa); no que toca aos *direitos de autor*, o Decreto n.º 13:725, de 27/05/1927 (sobre a Propriedade literária, científica e artística), mais tarde revogado pelo Decreto-Lei n.º 46:980, de 27/04/1966 (Código do Direito de Autor).